

O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA COOPERCINCO

STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE THROUGH THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN COOPERINCO

Sergio Fernandes Medeiros

Email: sergiomedeiros.rr@gmail.com

Especialista MBA em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR.

Emerson Clayton Arantes

Email: emersonclaytonarantes@gmail.com

Professor do Curso MBA em Gestão de Cooperativas, Prof do Dep. de Administração da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR.

Jaqueline Silva da Rosa

Email: ja.q.s@hotmail.com

Mestre em Administração (UNISINOS) – Professor do Curso MBA em Gestão de Cooperativas, Coordenadora de Curso e Prof^a do Dep. de Administração da UFRR, Boa Vista, RR.

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Email: geoufpe@yahoo.com.br

Coordenadora Pedagógica e Professora do Curso MBA em Gestão de Cooperativas, Chefe e Prof^a do Dep. de Administração da UFRR, Boa Vista, RR.

Manuscript first received/*Recebido em*: 01/11/2016 Manuscript accepted/*Aprovado em*: 21/12/2016

Avaliação: Double Blind Review

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos (COOPERCINCO), no Projeto de Assentamento Novo Amazônia (PANA). Para tanto, se utilizou como metodologia o estudo de caso. Foi realizado o mapeamento da potencialidade de produção que se deu por meio da aplicação de questionários baseados nos resultados da aplicação do PNAE no período de 2011 a 2015, no município de Boa Vista – RR. Foram utilizados como critério de seleção dos entrevistados os cooperados que participam a mais tempo da política do PNAE. O programa tem uma

aceitação expressiva por parte dos agricultores familiares, que declaram a contribuição deste no desenvolvimento da agricultura familiar, do cooperativismo e associativismo. De acordo com o estudo, pode-se constatar que os agricultores estão melhorados os padrões de vida, aumentando na diversificação da produção e na melhoria da distribuição da renda durante todo o ano.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cooperativismo. PNAE.

Abstract

This article aims to analyze the National School Feeding Program (PNAE) in the Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos (COOPERCINCO), in the New Amazonia Settlement Project (PANA). For that, the case study was used as methodology. The mapping of production potential was carried out through the application of questionnaires based on the results of the application of the PNAE in the period from 2011 to 2015, in the municipality of Boa Vista - RR. The interviewees were selected as the selection criterion for those who participated the longest in the PNAE policy. The program has an expressive acceptance on the part of the familiar farmers, who declare the contribution of this one in the development of the familiar agriculture, of the cooperativism and associativism. According to the study, it can be seen that farmers are improving living standards, increasing the diversification of production and improving the distribution of income throughout the year.

Keywords: Family farming. Cooperativism. PNAE.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral identificar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da Agricultura familiar dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos no município de Boa Vista, buscando apreender o processo de consolidação do PNAE, implantado na cidade de Boa Vista-RR. Tenta-se analisar o perfil dos agricultores da COOPERCINCO na adesão do PNAE, para efeito de análise dessa política pública, além de analisar a organização o funcionamento do PNAE em situação particular.

A cooperativa COOPERCINCO, objeto da pesquisa, vem atuando desde o ano de 2011 com o programa do PNAE no município de Boa Vista, dando uma oportunidade de

mercado aos cooperados assentados no projeto de assentamento Nova Amazônia e agricultores familiares do estado, que estão cooperados. Nesse período de atuação no programa, a cooperativa vem crescendo e fortalecendo a agricultura familiar.

Para tanto, o desenvolvimento da estrutura deste artigo está dividido em cinco seções, na primeira: introdução, a qual contém a temática de investigação e objetivos; na segunda seção, tem-se o referencial teórico; na terceira seção, apresenta-se a classificação da pesquisa, bem como técnicas de coleta e análise dos dados. Em seguida, a apresentação os dados, bem como sua análise. Por fim, têm-se as considerações finais e as Referências.

2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comumente denominado como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter complementar de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (FNDE, 2009).

O programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação para escola. Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. (Presidência da República Controladoria- Geral da União, portal da transparencia).

Naquele período, as escolas não recebiam merenda direto da agricultura familiar, pois não havia políticas públicas direcionadas para esse fim. Ao longo dos anos, aconteceram várias mudanças no programa, buscando uma melhoria e adaptação para a realidade de cada região.

No ano 2009, com a sanção da [Lei nº 11.947, de 16 de junho](#), surgiram novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e

adultos) matriculados em escolas públicas, por meio da transferência de recursos financeiros do (FNDE, 2009).

De acordo com a Lei 11.947 (2009), pelo menos 30% dos produtos destinados para alimentação escolar deverão ser originados da agricultura familiar.

Em 2014, deveriam ter sido investidos aproximadamente R\$ 1.107.900,00 (um bilhão cento e sete milhões e novecentos mil) na compra direta de produtos da agricultura familiar no Brasil, para atender a 42,2 milhões de alunos, estimulando o desenvolvimento econômico das comunidades (FNDE, 2016).

Ainda segundo o FNDE (2009): o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, da seguinte forma: creches: R\$ 1,00; pré-escola: 0,50; escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60; Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: 0,30; Ensino integral: 1,00; alunos do Programa Mais Educação: 0,90; alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

Esse repasse é realizado com base no Censo Escolar enviado pelas escolas no ano anterior ao atendimento. O Programa é fiscalizado pela sociedade civil, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2009).

O CAE foi criado em 2000, é regido pela Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, sendo composto da seguinte forma: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. Cada membro titular deverá ter um suplente do mesmo segmento.

Além disso, é necessário que haja representantes, e para isso recomenda-se que o CAE dos estados e dos municípios que tenham alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos tenha em sua composição pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais (FNDE, 2016).

A duração do mandato é de quatro anos, sendo considerado serviço público relevante não remunerado. O CAE é tão fundamental para a execução do Programa que, no

caso de não ser constituído ou deixarem de sanar suas pendências e não apresentarem a prestação de contas dos recursos recebidos, este recurso poderá ser suspenso. Neste sentido, a atuação do Conselho é necessária para o funcionamento correto do PNAE e, conseqüentemente, para que os seus objetivos sejam alcançados.

2.1 Agricultura familiar.

No estado de Roraima, principalmente no município de Boa Vista onde se deu o estudo, a agricultura familiar passa por um momento Difícil por falta de documentação, pode identificar que muitos ainda na possui documento como titulo definitivo da terra, licenciamento ambiental e alguns não tem a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), prejudicando o aceso ao credito, por outro lado notamos que estão bem organizados, a traves de sindicato, associações e cooperativa,

Outro ponto negativo para os agricultores familiar do município de Boa Vista e a inadimplência de alguns agricultores que já acessaram o PRONAF impossibilitando o aceso a quem ainda não assessou a linha De credito do PRONAF A.

Segundo Alexander Chayanov (1974). A agricultura familiar e diferente da empresa capitalista, que tem por base a produção através da mão de obra assalariada e por prioridade a maximização do lucro, quanto à agricultura familiar visa primeiro a satisfação da necessidade e o sustento da própria familiar.

Em sua argumentação, Chayanov não nega o interesse da família agricultora de obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família. E isso ocorre por não haver a separação entre gestão e trabalho estando ligada a gestão da própria familiar.

De acordo com a Lei nº 11.326 (2006), que em seu artigo 3º, diz:

(...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

A agricultura familiar, segundo (Lamarche, 1997, p. 15). Tem como uma lógica familiar onde à cultura e valores sociocultural, estão bem especificadas entre o trabalho, a família e a propriedade: no qual a familiar, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão intimamente ligados. A relação destes três fatores no funcionamento do estabelecimento, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução do trabalho.

2.2 Cooperativismo

O cooperativismo representa a união entre pessoas voltadas para o mesmo objetivo, visando a atingir o pleno desenvolvimento econômico e social. Uma organização dessa natureza costuma ser gerida de forma democrática e participativa, de acordo com aquilo que seus associados decidem em assembleias (Almeida, 2008).

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo tem como base os seus princípios cooperativos, norteados pelas linhas orientadoras, por meio das quais as cooperativas levam à prática os seus valores, sendo eles: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, inter cooperação, interesse pela comunidade.

Conforme Buendía Martinez e Pires (2002) a agricultura tem como principal eixo o desenvolvimento rural, especialmente, por constituir principal fonte de ocupação da população rural. Para as autoras, essa perspectiva ganha força pelo fato de o cooperativismo possibilitar a organização da produção, diversificação das atividades agrícolas e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Assim, as cooperativas vêm contribuindo para o desenvolvimento dos locais onde estão inseridas, confirmando a perspectiva presente na literatura que identifica as cooperativas como estratégias importantes para o desenvolvimento local/rural.

As Sociedades Cooperativas estão regulamentadas pela Lei 5.764 (1971), que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas. De acordo com essa lei, “cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos”.

O cooperativismo tem como um desafio de organizar e inserir os agricultores no mercado, por meio da prestação de serviços e inserção de novas tecnologias para os produtores na agregação de valor e atuação eficiente na cadeia produtiva, no escalonamento da produção, nos processos de compra e venda e acesso a mercados.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que tem como objetivo geral identificar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da Agricultura familiar dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos no município de Boa Vista,

Segundo Minayo (1993), na abordagem qualitativa evitam-se os números, trabalhando-se com interpretação das realidades, que trás para o autor uma aproximação e vivencia dos valores, crença entre outros fatores importantes. Este tipo de pesquisa considera o ambiente como sendo uma fonte direta dos dados, e o pesquisador como um instrumento chave; tem como modelo de pesquisa a entrevista em profundidade.

Esse autor realça que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até o entendimento lógico interno do processo em estudo ou do grupo. De acordo com a definição do autor, é possível entender que os dados são tratados por meio do contato direto do pesquisador, para destacar mais o processo do que o produto e preocupar-se em retratar a perspectiva dos participantes do estudo em questão. Sendo assim, o debate quantitativo-qualitativo nas ciências sociais é ainda um debate aberto.

A escolha pela pesquisa qualitativa deu-se por se tratar de um ambiente rico em

informação, onde se encontrava um povo sofrido e batalhador. A análise dos dados busca mostrar a mudança da realidade após a implantação do PNAE.

Os dados do PNAE foram pesquisados junto a fontes secundárias do FNDE que disponibiliza para consulta pública, os dados da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os dados apresentados são preliminares e foram extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas. São registros no SigPC, considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, segundo os critérios Lei 11.947/09.

Também se realizou um estudo exploratório, uma vez que propõe desvendar a relação entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) junto a cooperativa, COOPERCINCO.

Quanto ao método de pesquisa, utilizou-se o do estudo de caso, o qual Yin (2001) diz que é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. O autor, também afirma que o estudo de caso representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados, como experimentos, levantamentos e análise de informações. Sobre o público-alvo, este estudo tomou alguns critérios de corte: cooperados que atuam junto ao PNAE desde 2011, ano em que a Cooperativa iniciou a parceria com o programa.

Já quanto às técnicas de coleta, foram aplicados questionários com questões abertas aos cooperados e realizada entrevista em profundidade com a presidente da cooperativa. Frisa-se que este roteiro foi adaptado de Silva (2013), o qual realizou um estudo qualitativo.

Responderam ao questionário quinze agricultores cooperados à COOPERCINCO e que realizam a venda por intermédio do PNAE e cinco diretores da Cooperativa. Esses instrumentos de pesquisa foram aplicados nos meses de fevereiro e março de 2016. Seu conteúdo transcrito na íntegra, sendo posteriormente tratado a partir da análise do conteúdo.

4 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Caracterizações da cooperativa agropecuária - COOPERCINCO no assentamento da reforma agrária em Boa Vista-RR.

A cooperativa Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (COOPERCINCO) foi criada em 2006, com 24 cooperados Atualmente a COOPERCINCO conta com 558 sócios (dados de 11/04/2016) e tem sua sede localizada no P.A Nova Amazônia, RR 22, estrada do Taiano.

De acordo com seu estatuto social, a associação “tem por objetivo operacionalizar, quando autorizado, o projeto integrado de exploração Agropecuária e Agroindustrial de Roraima”. No surgimento da cooperativa, a sua composição era apenas de gaúchos, vindo do Rio Grande do Sul para o PANA.

Com a chegada deles no assentamento, houve muitos desentendimentos com os assentados que já estavam ali assentados pelo INCRA. Isso ocorreu porque os gaúchos chegaram por último e foram assentados com uma parcela de terra maior que os outros assentados.

Nesse período os assentados que já se encontravam no PANA já estavam organizados em associações.

Dessa forma, os gaúchos então viram a necessidade de criar também uma organização, uma vez que já tinham experiência com cooperativismo, pois já trabalhavam dessa forma no Sul, e o associativismo não atendia a necessidade do grupo, já que um dos principais motivos para a criação, era a comercialização de produtos.

Em 28 de janeiro de 2006 a COOPERCINCO foi legalmente constituída, com o passar do tempo, surgiu à necessidade de abrir a cooperativa sendo convidadas mais pessoas a fazerem parte. Hoje, grande parte dos agricultores do PANA estão cooperados A COOPERCINCO e buscam também trabalhar na área da comercialização, com estratégia de cooperativismo, devido à organização de base ser um instrumento importante para a agricultura familiar.

No ano de 2011 a COOPERCINCO começou a atuar no programa do PNAE. O programa tinha para comercialização um valor total de 2.459.340,00 destinados para a merenda escolar no município de Boa Vista. Desse montante a COOPERCINCO comercializou 680.000,00 mil reais.

4.2 Caracterizações do Projeto de assentamento- Novo Amazônia na visão dos assentados.

O PANA foi homologado em 2003, tem como sua vegetação um relevo considerado savana ou mais conhecido como lavrado de solos pobres, com necessidades de correção para se tornar produtiva. A dificuldade de conhecimento e a falta de assistência técnica trouxeram grandes dificuldades para se produzir.

Outro fato relevante é que o PANA era uma grande fazenda de gado de corte, que foi repassada para o governo federal em pagamento de dívida. A grande maioria dos assentados não eram agricultores, mas pessoas que vinham de trabalho no garimpo, pedreiro, mecânico e outras profissões. Os poucos que já eram agricultores eram originados de áreas de matas e utilizavam as técnicas de queimadas e não sabiam trabalhar em área de lavrado. Com o nascimento da cooperativa em 2006, três anos depois da criação do assentamento, e trouxe nova esperança e novas expectativa para os agricultores familiar do projeto, em particular quando a COOPERCINCO acesa o programa do PNAE.

4.3- Análise e interpretação dos dados referente a recursos investido no Programa do PNAE.

O programa do PNAE segundo os dados vem atuando desde 2009 no programa De acordo com a análise da tabela 01, e possível identificar que em Roraima foram investidos nesse período de 2009 a 2015 mais de quarenta e quatro milhões de reais na merenda escolar, sendo que desse valor a agricultura familiar deveria ter comercializado mais de treze milhões.

Segundo estes dados, não houve registros de comercialização da agricultura familiar

O fortalecimento da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar na Coopercinco Sergio Fernandes Medeiros, Emerson Clayton Arantes, Jaqueline Silva da Rosa ,Georgia Patrícia da Silva Ferko

em 2009 e 2010 passando a se inserir no programa a partir do ano de 2011. O ano de 2014, segundo FNDE, foi o ano com o maior volume de comercialização registro da agricultura familiar.

Tabela 01- PNAE – Secretaria estadual de educação de Roraima -2015- no período de 2015 a 2010

Período	Total pago do PNAE	30 % Agricultura familiar exigido Lei nº 11.947/2009	Agricultura familiar pagos do PNAE	% Agricultura familiar pago
2015	5.843.120,00	1.752.936,00	Sem registro	Sem registro
2014	6.258.558,00	1.877.567,40	1.787.732,43	32,29%
2013	7.084.643,60	2.125.393,08	373.575,86	5,27 %
2012	6.959.490,00	2.087.847,00	370.674,00	5,33%
2011	7.771.380,00	2.331.414,00	369.294,00	4,75%
2010	6.979.502,40	2.093.850,72	-	-
2009	4.041.747,60	1.212.524,28	-	-
Roraima	44.938.441,60	13.481.532,48	2.901.276,29	

Fonte: FNDE (2016) adaptado pelo autor

Segundo a análise da tabela 02, é possível identificar que em Boa Vista foram investidos no período de 2011 a 2015 mais de 14.595.757,00 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais), sendo que desse valor a agricultura familiar foi beneficiada com a comercialização de apenas 5.758,711. (Cinco milhões setecentos e cinquenta e oito mil setecentos e onze reais).

Tabela 02- Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE- PREF MUN DE BOA VISTA de 2011 a 2014.

Período	Valor Transferido	Valor pago das aquisições da agricultura familiar	Valor dos 30 % Agricultura familiar exigido Lei nº 11.947/2009	% Agricultura familiar pago
2015	3.449.860,00	-	2.414,902, 00	*
2014	2.129.872,00	R\$.1.685.715,56	638.961,6	79,15%
2013	R\$ 3.451.668,00	R\$ 590.037,49	1.035,500, 4	17,09%
2012	R\$ 3.105.012,00	R\$ 592.503,00	931.536	19,8%
2011	R\$ 2.459.340,00	R\$ 680.000,00	737.802	27,7
Total	R\$.14.595.757,00	3.548.256,05	5.758,711	

Fonte: FNDE (2016) adaptado pelo autor

Podemos ver que a agricultura familiar ainda esta com um percentual abaixo do

desejado e permitido, no ano de 2014 houve um grande avanço chegando a ultrapassar o valor mínimo exigido isso nos faz perceber o avanço na organização da agricultura familiar no município de Boa Vista.

Foi analisado o município de Boa Vista-RR, que abrangem uma área de 5.687,037 km², apresentando uma estimativa de população de 320.714. Desse total, 77.661 pessoas estão matriculadas em escolas ou creches do estado e municípios. Nesse contexto, podemos dizer que o PNAE, por intermédio das cooperativas e associações, tem a responsabilidade, de adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar, atendendo a Lei nº 11.947 (2009) , que garante no mínimo 30% da merenda escolar vindo da agricultura familiar.

De acordo com os instrumentos de pesquisa aplicados com os agricultores cooperados à COOPERCINCO, vem desenvolvendo um trabalho bastante importante com o PNAE no município, e explicitam os principais motivos que levaram os agricultores familiares a aderir ao programa.

É possível perceber quais motivos que fizeram os agricultores buscarem a participação no programa junto à cooperativa e os principais ganhos obtidos com a adesão ao Programa, tais como a diversificação do sistema de produção e, principalmente, as melhorias nas condições de vida das famílias.

2 O PNAE na visão dos cooperados

Ao perguntar sobre a trajetória da vida em comunidade, oito dos entrevistados responderam que moram no PANA, estão filiados a alguma organização, como sindicato rural, associação ou cooperativa e sete responderam que durante toda a vida foram agricultores familiares e se relacionam bem em comunidade. Com relação ao que fez com que aderissem ao PNAE, os entrevistados disseram que isso ocorreu por ser mais uma oportunidade de comercializar seus produtos que antes não tinham essa garantia.

A partir disso, se mostrou necessário saber qual a maior dificuldade do agricultor para aderir ao PNAE, e doze disse que não tiveram dificuldades, enquanto três ressaltaram que a dificuldade encontrada foi à declaração de aptidão ao PRONAF (DAP).

Indagados por que optaram em trabalhar o PNAE e não com outro órgão, um dos

entrevistados disse que isso aconteceu pelo fato de ele ser cooperado a COOPERCINCO e não conhecer outra entidade; três disseram que o motivo de ter escolhido a COOPERCINCO foi por que esta mais próxima e porque percebiam que os trabalhos são conduzidos com responsabilidade, união e organização; quatro responderam que há facilidade na entrega dos produtos na cooperativa e sete dizem ter confiança na COOPERCINCO.

Ao serem perguntados sobre o que você precisa saber para participar do PNAE na cooperativa, todos os entrevistados responderam que é somente ser cooperado ter os produtos que estão no contrato e a DAP e estar de alguma forma ligada a agricultura com proprietário, meeiro ou arrendatário.

Indagados sobre como era realizado o trabalho na propriedade antes da adesão ao PNAE, cinco disseram que produziam e vendiam nas feiras por ter o seu próprio transporte que possibilitava essa comercialização, três responderam que produziam com muita dificuldade por falta de garantia de mercado e dificuldade na logística, dois produziam somente para consumo, cinco ficavam à mercê de cair na mão do atravessador, submetendo-se ao preço que eles queriam pagar.

Com a pergunta: o PNAE trouxe mais qualidade de vida, foi observado no estudo quanto a qualidade de vida dos agricultores que durante a entrevista onde um diz que não vê diferença, cinco afirmam que foi conquista de dias melhores, três dizem que a partir do PNAE foi possível viver bem, comer bem, ter dinheiro no bolso, quatro responderam que trouxe independência e para dois produções forte.

Com relação: a sua percepção, o que vem ser qualidade de vida quatro dizem que é ter casa, energia, saúde, educação, estradas e vicinais, alimentação, comunicação; quatro respondem que é produzir com qualidade e comercializar; para quatro entrevistados, é ter educação, lazer e poder vender a sua produção; três responderam comer bem, dormir bem, poder passear com os filhos.

Observando que a família é a base da agricultura familiar, Como relação ao futuro dos filhos um dos entrevistados respondeu que não tem filho morando no sítio; dois dizem que o PNAE é um estímulo para os filhos dos agricultores também ganhar seu dinheiro; cinco afirmam que a qualidade de vida traz educação e fortalece a juventude rural; quatro

dizem que é ter educação, transporte escolar, alimentação de qualidade na escola, porque isso garante a permanência na escola. Além disso, a renda extra do PNAE proporciona mais qualidade de vida; três dizem que as escolas antes não tinham uma merenda de qualidade hoje com o programa nossos filhos comem o alimento que sai da sua própria casa.

Ao serem perguntados se acreditavam que a cooperativa fez com que o agricultor ficasse mais fortalecido, os entrevistados afirmam que a cooperativa tem contribuído sim, porque está ajudando na diversificação da produção.

Com base nas entrevistas, é possível destacar que durante a pesquisa de campo muitos tiveram dificuldade de responder as perguntas. Com relação à trajetória de vida dos associados, constatou-se que a maioria dos agricultores tem um longo histórico nos movimentos sindicais no associativismo e cooperativismo.

Os entrevistados responderam que o PNAE surgiu na comunidade por meio de intensas lutas sindicais e da cooperativa dentro da prefeitura de Boa Vista, por meio de participação em reuniões na área de assentamentos, feitas pelas organizações sociais do município de Boa Vista-RR.

Segundo os entrevistados, o que fez com que eles aderissem ao PNAE foi a garantia de comercialização dos seus produtos visando um aumento na renda da familiar e diminuindo o desperdício, uma vez que antes do programa, os agricultores acabavam à mercê dos atravessadores, entregando seus produtos abaixo do custo de produção para não perderem por completo.

Para os entrevistados, após a adesão da cooperativa no programa, não tiveram nenhum impeditivo para comercializarem no PNAE. Eles afirmam que optaram em aderir ao PNAE junto à COOPERCINCO por terem um bom relacionamento com a cooperativa e por acreditarem no potencial da gestão que ali está, pela responsabilidade com que são conduzidas, e por terem preferência com o sistema de cooperativismo. Outros enfatizam que a cooperativa é importante, já que as associações não atendem as necessidades no quesito comercialização.

Destacaram também, que antes de aderirem ao PNAE sua produção era baixa e muitos não produziam por falta de mercado.

Durante as entrevistas podemos identifica por parte de alguns agricultores a insatisfação em relação a forma de pagamento do programa, alguns afirma que as vezes demora muito para receber o seu dinheiro, também sentem falta de outra opção de mercado por parte da cooperativa, que no período de férias escolar o programa fica parado fazendo com quer os agricultores deixe de entregar os produtos nesse período.

2 O PNAE na ótica da direção da cooperativa

O instrumento de pesquisa destinado aos diretores continha 21 (vinte e um) perguntas abertas, sendo elas:

Analisando os dados obtidos com os entrevistados da diretoria da COOPERCINCO, quanto a sua formação e trajetória em comunidade, três informaram que têm curso superior em agronegócio e dois têm o ensino médio. Com relação a sua trajetória em entidades, um respondeu que entrou há pouco tempo para o movimento, enquanto os demais responderam que fazem parte desde criança.

Quanto a sua vinda para a cooperativa, quatro são sócios fundadores da cooperativa e um está há três anos na direção. Sobre o cargo que ocupam na cooperativa, as respostas foram: Presidente, Tesoureiro, Secretaria, Políticas sociais e Presidente do conselho fiscal.

No surgimento da cooperativa, todos os entrevistados afirmaram que por necessidade de comercializar a produção. E que tem como função na COOPERCINCO de atender bem os cooperados e trabalhar para que eles se sintam parte do negócio, sem distinção de classe ou amizade.

Com relação ao ramo da cooperativa, os cinco entrevistados afirmaram que o ramo é agropecuário. Também em relação à quantidade de colaboradores, disseram que são dezenove, que todos são cooperados e foram para frente de trabalho por terem experiência ou capacidade técnica.

Na questão de como é o dia a dia de trabalho na cooperativa, quatro dos entrevistados informaram que os trabalhos começam bem cedo e vão até tarde, sendo que existem no município de Boa Vista 89 instituições de ensino cadastradas para receberem

alimento por intermédio da COOPERCINCO no PNAE, e um diz que são divididas as equipes, sendo que algumas ficam responsáveis pelo recebimento dos produtos, e a outra equipe fica responsável para fazer a entrega.

Quanto à atividade da COOPERCINCO, os entrevistados afirmam que a principal atividade da cooperativa hoje é a comercialização no programa de governo como PNAE e PAA. Sobre o principal motivo que norteia o trabalho da cooperativa, os cinco entrevistados, informaram que o principal objetivo é a comercialização de produtos oriundo da agricultura familiar.

Com relação à aceitação da cooperativa com organizações sociais e outras entidades que prestam apoio à agricultura familiar na região e quais são os parceiros da cooperativa aqui na região, todos os entrevistados dizem que a cooperativa tem um ótimo relacionamento com as entidades, que trabalham com a agricultura familiar, como o sindicato rural, associação, federação dos agricultores familiar.

Quanto à relação da cooperativa com o poder público, os cinco entrevistados responderam que a relação da COOPERCINCO é muito boa, principalmente com a Secretaria de Educação do Município de Boa Vista.

Em relação aos produtos comercializados no PNAE pela COOPERCINCO, quatro dos entrevistados disseram que são comercializados todos os produtos oriundos da agricultura familiar, e um deles disse que os produtos mais comercializados são as hortaliças.

Em relação à visão sobre o PNAE, todos dizem que esse programa tem se tornado uma saída para a agricultura familiar, financeiramente, porque possibilita guardar algum recurso para comprar algo que antes não conseguia.

Quanto ao volume comercializado no PNAE no ultimo ano, dois dos entrevistados informam que a cooperativa comercializou novecentas toneladas, enquanto os outros entrevistados não souberam informar o volume que foi comercializado.

Quanto à dificuldade de operacionalizar o PNAE, os entrevistados disseram que no começo houve resistência por parte da secretaria do município, que não estava atendendo o

que estava previsto em lei. Hoje, não há mais dificuldade.

Quanto às dificuldades dos agricultores familiares, para aderirem e permanecerem no PNAE, dois entrevistados respondeu que há falta de financiamento para se produzir e três dizem que é a falta de documento e logística para levar os produtos até a cooperativa e feiras livres.

Em relação ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do PNAE, três entrevistados notaram que o sistema de produção melhorou na quantidade e qualidade, e dois identificaram que até a moradia dos agricultores tem melhorado.

Ao serem perguntados se identificam alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio da Cooperativa, todos os entrevistados da diretoria afirmam que a cooperativa ajudou na organização da produção e na diversificação da produção.

Quanto às principais vantagens dos agricultores familiares em utilizar a COOPERCINCO como intermediadora no PNAE, ao invés de outras, os entrevistados dizem que a maior vantagem da cooperativa é estar próxima dos agricultores, podendo assim passar para eles todas as informações necessárias.

Ao serem perguntados sobre outra entidade que trabalha o programa do PNAE, todos os entrevistados responderam sim tem outra cooperativa que trabalhar com o programa.

Com base na entrevista aplicada com alguns diretores da COOPERCINCO, podemos dizer que os diretores entrevistados têm uma grande experiência e vivência dentro dos movimentos sindicais rurais dentro das associações e em cooperativa.

Segundo os entrevistados, com o assessor da COOPERCINCO no PNAE, a cooperativa vem aumentando o seu quadro de sócios, o quadro de colaboradores, e também vem valorizando a cada dia mais os agricultores e agricultoras do PANA e outros agricultores do estado.

Com relação à pergunta se o PNAE trouxe algum benefício para os agricultores disseram que sim na diversificação da produção, vivencia em comunidade, troca de saberes, qualidade de vida, pagamento de dividas entre outros, os entrevistados contaram que a cooperativa melhorou economicamente e trouxe para o seu quadro de colaboradores técnico

formado para auxiliar no processo produtivo, procurado identificar qual a produção dos seus cooperados desenvolvida na propriedade e as dificuldades encontradas na produção. Os entrevistados afirmam que dessa forma a COOPERCINO vem fortalecendo a agricultura familiar no projeto de assentamento nova Amazônia.

Também podemos nota que a cooperativa ainda tem dificuldade em acompanha os agricultores na produção, e outro ponto e a falta de transporte para o escoamento dos produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo foi analisar o PNAE no fortalecimento do cooperativismo no PANA, COOPERCINCO e um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Boa Vista - RR. Constatou-se com a análise dos dados apurados na aplicação do questionário que a cooperativa agropecuária contribui para a organização dos agricultores, além de ajudar no desenvolvimento dos cooperados.

A cooperativa tem como foco principal contribuir para o desenvolvimento dos cooperados nas dimensões econômicas e sociais. Na parte econômica, por meio do aumento na renda e no escoamento da produção; observa-se, também, que há uma aproximação entre os cooperados, além de outro fator muito importante, que é o desenvolvimento da própria comunidade.

Ficou evidente também que o PNAE tem contribuído para que os jovens permaneçam no campo, onde eles têm a possibilidade de ter seu próprio dinheiro, podendo assim ajudar na renda familiar.

Em relação à produção, contactou-se que os cooperados aumentaram consideravelmente sua produção, pois produzem com uma segurança de mercado.

Também se buscou constatar as relações teóricas existentes entre o cooperativismo, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas e na pesquisa de campo, verificou-se que há

O fortalecimento da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar na Cooper Cinco
Sergio Fernandes Medeiros, Emerson Clayton Arantes, Jaqueline Silva da Rosa ,Georgia Patrícia da Silva Ferko

ligação entre os conceitos, já que o desenvolvimento rural resulta também de ações promovidas pelo cooperativismo, que atua diretamente junto aos agricultores familiares. Então, conclui-se que o PNAE através da COOPERCINCO tem um papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Boa Vista e no estado de Roraima, por meio da organização da produção e na disponibilização de mercado para a agricultura familiar. Por outro lado, percebe-se uma dependência da COOPERCINCO com relação aos programas de Governo.

REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo. (1981). Transformações na Vida Camponesa: o sudoeste paranaense. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/categoria/outros-trabalhos/> Acesso em: 18 agosto 2012.

Almeida, L. M. M. C. (2008). Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola. 220 p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

Buendía Martínez, I., & Pires, M. L. L. S. (2002). Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 19(01), 99-118.

Chayanov, Alexander V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Brasil.

Alimentação Escolar. Disponível em: file:///C:/Users/ufrr/Downloads/relatorio_grupo_tecnico_referencia.pdf.

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Lamarche, Hugues. (1997). (Coord.). A agricultura Familiar I: Comparação Internacional. Uma realidade multiforme. Tradução: Ângela Maria NaokoTijiwa. 2. edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. <http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=780> 26/02/16

(<http://www.fnde.gov.br/> Dissertação de mestrado defendida na UFF). Presidência da República Controladoria-Geral da União, portal da transparência.

<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341-resolucao-cd-fnde-BA-38-de-16-de-julho-de2009> -

Silva, Vilmar da. (2013). O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – para o

O fortalecimento da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar na Coopercinco
Sergio Fernandes Medeiros, Emerson Clayton Arantes, Jaqueline Silva da Rosa ,Georgia Patrícia da Silva Ferko

Fortalecimento da Agricultura Familiar: O Caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – Coopafi - de Capanema, PR. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco.

Zarth, Paulo Afonso. (1997). História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920. Ijuí: Editora Unijuí.